



pt



União Europeia
Política Regional

inforegio

| 13 | Abril de 2004 |

panorama



Luzes sobre o alargamento

Uma nova parceria para a coesão

Sumário

Luzes sobre o *alargamento*

Remodelar a União

O alargamento provoca uma reorganização do sistema de governo, do financiamento e das prioridades da UE. John Bachtler analisa os desafios que o alargamento coloca à política de coesão europeia.

3



O ISPA em acção: Letónia, Lituânia, Roménia, Eslovénia

10



Os fundos europeus ao serviço da Podláquia (Polónia)

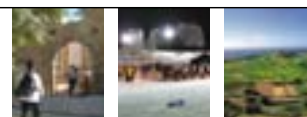
ISPA, Phare, Sapard... O norte da Podláquia beneficia, há vários anos, de programas comunitários para melhorar as infra-estruturas, o ambiente, a competitividade das empresas e a qualidade de vida dos habitantes da região, confinada ao extremo oriental da nova União. E, ao mesmo tempo, preparam os intervenientes e os responsáveis políticos para as regras de jogo comunitárias.

11



Testemunhos: Chipre, Estónia, Malta

14



Interreg/Phare CBC em acção: Bulgária, Eslováquia, Hungria, República Checa

17

Fotos (páginas): Comissão Europeia (1, 4, 5, 6, 7, 8, 9), responsáveis de projectos (10, 14, 15, 16, 17), Município de Augustów (3, 11), Grzegorz Chelminski (12), Andrzej Chrobak (12), Município de Suwalki (13), Turismo de Malta (16).

Capa: Budapeste (Hungria) — A ponte Szechenyi sobre o Danúbio, com Peste em segundo plano.

Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG Política Regional.

Esta revista é impressa em inglês e francês em papel reciclado

O dossiê temático está disponível em 19 línguas da União Europeia na página Internet
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm

Os textos desta publicação não têm valor legal

Alargamento e política de coesão da UE

Remodelar a União

Por John Bachtler⁽¹⁾



Renovação urbana financiada pelo Phare em Augustów Polónia)

O alargamento vai levar a uma reorganização fundamental do sistema de governo, do financiamento e dos objectivos das políticas da União. John Bachtler analisa os desafios que o alargamento coloca à política de coesão da União Europeia (UE).

Após mais de uma década de reformas e de negociações, a UE aproxima-se do grande momento económico e político que é o alargamento, admitindo 10 novos Estados-Membros em 1 de Maio de 2004 — Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa. Na expectativa estão a Roménia e a Bulgária, que se preparam para a adesão em 2007; a Turquia aguarda que as negociações se iniciem e outros potenciais candidatos — Bósnia e Herzegovina, Croácia, Macedónia e Sérvia e Montenegro — solicitaram ou tencionam solicitar a adesão logo que possível.

Perante este cenário histórico do alargamento, a União Europeia passa por um período de discussão e de tomada de

decisões sobre o futuro sistema de governo, sobre o financiamento e sobre os objectivos políticos da União.

Em Maio de 2003, a Convenção sobre o Futuro da Europa apresentou formalmente um vasto conjunto de propostas relacionadas com a elaboração das políticas da UE, a divisão de poderes, o funcionamento das instituições europeias e os sistemas de votação, com o objectivo de criar uma UE mais eficiente e responsável.

No que diz respeito ao financiamento, a Comissão Europeia publicou uma comunicação sobre as perspectivas financeiras para o período pós 2006. Embora a decisão do Conselho Europeu de Bruxelas, no sentido de uma relativamente lenta reforma da PAC, impeça alterações orçamentais radicais, a Comissão Europeia propõe medidas de reformulação do orçamento comunitário que permitam atingir os objectivos de crescimento e de competitividade da Agenda de Lisboa. Outros factores que influenciam o debate orçamental são o apoio a atribuir no futuro às fronteiras externas e a uma Política Externa e de Segurança Comum.

⁽¹⁾ Director do Centro de Investigação de Políticas Europeias, Universidade de Strathclyde, Glasgow, Reino Unido (<http://www.eprc.strath.ac.uk>).

Três perguntas a Péter Balázs, membro da Comissão Europeia

Na sua opinião, até que ponto a fase de pré-adesão terá contribuído para reduzir o fosso com a Europa dos Quinze?



No âmbito do ambiente e dos transportes, sectores em que os novos Estados-Membros apresentam atrasos, houve projectos importantes que receberam apoio Europeu. A qualidade das infra-estruturas melhorou e as administrações nacionais familiarizaram-se com a política de coesão. Estão agora em boa posição para beneficiarem plenamente das ajudas regionais.

Qual é, na sua opinião, o maior desafio para a implementação da política de coesão nos novos Estados-Membros, no período 2004-2006?

Uma boa gestão, a identificação de projectos de grande qualidade e a construção de parcerias são desafios significativos. O período 2004-2006 é curto. A programação exige uma acção imediata, principalmente atendendo à regra «n+2» de utilização dos fundos comunitários.

Que pensa das propostas da Comissão relativamente às novas perspectivas financeiras e à reforma da política de coesão depois de 2006?

Estas propostas respondem a um aumento das disparidades após o alargamento: concentram os fundos nas regiões menos desenvolvidas e asseguram recursos suficientes para a prioridade da convergência. Para além desta abordagem dupla, eu defendo seriamente o objectivo de colocar a política de coesão ao serviço da estratégia de Lisboa. A política de coesão é essencial para tornar a economia europeia mais competitiva.

vos Estados-Membros (Chipre, Eslovénia, Malta e República Checa) tenham um PIB *per capita* que se aproxima ou ultrapassa o nível dos países mais pobres da UE a 15, o PIB da maior parte é inferior a 60% da média da UE a 25 e, no caso da Letónia, este valor desce aos 37% ⁽²⁾.

Não há dúvida que os novos Estados-Membros fizeram progressos económicos significativos nos últimos anos. Com excepção da República Checa, todos os países aderentes tiveram um crescimento real do PIB muito acima da média da União Europeia dos Quinze, no período 1997-2001, com valores médios de crescimento anual que vão dos 3,3% na Eslováquia até aos 6,1% na Letónia. As projecções de crescimento para 2003-2006 situam-se num intervalo semelhante (3%-6,3%), apesar de se preverem condições económicas mais difíceis e do crescimento do fosso entre o forte desempenho dos Estados bálticos e o dos outros países aderentes.

No entanto, embora a conclusão das negociações de adesão represente um marco importante para os novos Estados-Membros, o processo de transição ainda não terminou ⁽³⁾. Alguns novos Estados-Membros ainda não recuperaram da catastrófica queda do

Os desafios do alargamento

Os principais números sobre as consequências do alargamento da UE são bem conhecidos. O alargamento envolverá um aumento de 20% da população, mas apenas um aumento do PIB de 5%, o que se traduz numa redução superior a 12%, em média, do PIB *per capita* da UE a 25. Embora alguns no-

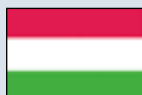
HUNGRIA

Superfície: 93 030 km²

População: 10 142 000 habitantes

Índice PIB/habitante (2002):

53 (EU-15 = 100)



Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006):

O quadro comunitário de apoio da Hungria (1 995 milhões de euros) visa a competitividade do sector produtivo, o emprego e os recursos humanos, o melhoramento das infra-estruturas de transportes e de protecção do ambiente e o desenvolvimento local.



Hungria: formação para jovens ciganos

⁽²⁾ Dados do Eurostat, PIB *per capita* (PPC), 2001. No que se refere à Bulgária e à Roménia, os valores do PIB per capita são 29% e 27%, respectivamente.

⁽³⁾ Relatório intercalar de 2003: integração e cooperação regional, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, Londres.

PIB do início dos anos 90. De facto, segundo as estimativas do BERD, o PIB 2002 da Letónia, da Lituânia e da Estónia, em termos reais, foi inferior ao de 1989. Apesar das importantes reformas estruturais e institucionais, existem deficiências nos países aderentes no que respeita ao desenvolvimento de mercados financeiros, à reestruturação de sectores estratégicos como a energia, as indústrias pesadas e a agricultura, à qualidade da administração pública e ao ambiente empresarial. O crescimento recente foi sustentado por um forte consumo público e privado, à custa de elevados défices orçamentais. Os défices da administração pública atingem cerca de 9% do PIB e a despesa pública será submetida a fortes pressões quando os novos Estados-Membros se prepararem para entrar no euro.

A situação do mercado do trabalho é também problemática. O desemprego nos novos Estados-Membros ronda os 15% (embora algumas taxas a nível nacional se situem entre 3% e 6%). Os ganhos na produtividade do trabalho foram acompanhados de estagnação ou declínio do emprego; a criação de novos postos de trabalho foi insuficiente para compensar os despedimentos. A taxa de actividade nos novos Estados-Membros é de 56% (52% na Polónia), comparada com os 64% da UE a 15. Os mercados de trabalho dos novos Estados-Membros apresentam significativas diferenças estruturais em relação à UE a 15, nomeadamente uma percentagem mais elevada de trabalhadores na agricultura (11% contra 3%) e uma percentagem mais reduzida de trabalhadores no sector dos serviços (28% contra 44%). Para os países aderentes alcançarem a meta estabelecida em Lisboa de 70% de emprego, tem de haver criação de postos de trabalho especialmente na área dos serviços ⁽⁴⁾.

O crescimento económico nos novos Estados-Membros foi acompanhado por um aumento significativo das disparidades regionais. Em quase todos os países se verificou um crescimento mais acelerado das regiões mais prósperas, que reduziram a sua diferença de desenvolvimento em relação à União Europeia dos Quinze, enquanto as regiões mais pobres tiveram um declínio do PIB *per capita* em comparação com a média da UE. Existem diferenças consideráveis entre os países aderentes em termos de estruturas territoriais e de desafios e oportunidades de desenvolvimento económico, podendo observar-se quatro modelos territoriais.

Primeiro, o crescimento foi mais acentuado nas cidades-capitais e nos grandes centros urbanos. São normalmente territórios que beneficiaram de condições favoráveis à partida e que rapidamente conseguiram reestruturar-se e adaptar-se às condições económicas do mercado. Os territórios das cidades de Praga, Bratislava, Budapeste e Varsóvia, por exemplo, tiveram um aumento do PIB *per capita* entre 150% e 220% das respectivas médias nacionais.

Em segundo lugar, existem diferenças regionais este-oeste, em matéria de desenvolvimento económico. Enquanto muitas regiões contíguas à fronteira da União Europeia dos Quinze conseguiram beneficiar do investimento, do turismo e da cooperação transfronteiriças, as regiões orientais dos países aderentes não tiveram, na sua maior parte e desde o início da transição, grandes melhorias na situação socioe-



Os fundos europeus co-financiaram a auto-estrada circular de Bratislava (Eslováquia)

conómica, caracterizando-se por um menor crescimento, por um desemprego mais elevado e por uma estrutura económica menos favorável.

Em terceiro lugar, a experiência da transição foi muitas vezes desfavorável para as pequenas cidades e para as zonas rurais. Tiveram frequentemente que fazer face a dificuldades acrescidas para se adaptarem à transição, suportando os elevados custos económicos e sociais da reestruturação, sempre com reduzidas oportunidades de crescimento.

Por último, e apesar das consideráveis reduções de emprego verificadas, o atraso na reestruturação dos sectores mineiro, siderúrgico, energético e de outras indústrias pesadas significa que muitas das antigas zonas industriais vão continuar a constituir um sério desafio para o processo de transformação, em termos económicos, sociais, políticos e ambientais.

Na última década, os novos Estados-Membros atribuíram, em diferentes graus, prioridade às questões da política regional. Incentivados pelos financiamentos de pré-adesão dos programas Phare, ISPA e Sapard, que totalizaram cerca

⁽⁴⁾ Dados do Eurostat. Havlik P. (2003), *Alargamento da UE: crescimento, competitividade e alguns desafios com que se deparam os futuros Estados-Membros*, Instituto de Estudos Económicos Internacionais de Viena.

de 3 mil milhões de euros por ano no período 2000-2006, os Estados aderentes procederam a reformas na administração territorial atribuindo um papel mais importante às regiões (caso dos maiores países) e reforçando a capacidade institucional do desenvolvimento regional. Desde finais dos anos 90 que a política regional tem uma base legislativa, e cada país desenvolveu uma hierarquia de conceitos, estratégias, planos e programas para o desenvolvimento regional, implementados através de uma vasta gama de medidas destinadas aos municípios e às empresas.

Com acesso a financiamentos substanciais no quadro da política de coesão da UE, os novos Estados-Membros têm pela frente importantes opções políticas. Por um lado, precisam de políticas nacionais de desenvolvimento regional que estimulem todas as regiões, em especial as regiões que são «motores» do desenvolvimento, a explorar todo o seu potencial de crescimento. Por outro lado, precisam também de políticas estruturais que acelerem a adaptação das antigas regiões industriais e que desenvolvam as regiões periféricas, mais pobres e estruturalmente atrasadas, especialmente as da fronteira oriental dos países aderentes. Na abordagem destas questões, a estratégia política para o futuro dos fundos estruturais e de Coesão inclui: o desenvolvimento das infra-estruturas de base, quando as existentes forem insuficientes; a promoção de uma maior mobilidade do emprego e da formação nos



Formação de empresários na Eslováquia

domínios da tecnologia, da gestão e das competências empresariais; investimento no domínio do ambiente para resolver problemas do passado e para satisfazer as exigências das directivas da União Europeia; investimento em I&D, nomeadamente por parte das empresas; desenvolvimento do sector das PME, especialmente das microempresas de serviços, que representam um grande número de postos de trabalho no sector dos serviços.

Política de coesão da União Europeia: 2004-2006

Durante a Presidência dinamarquesa, no final de 2002, foi aprovado o quadro financeiro do alargamento para o período 2004-2006. Destinado a garantir que os novos Estados-Membros ficassem em melhor situação financeira depois da adesão do que anteriormente, o acordo de alargamento pre-

ESLOVÁQUIA

Superfície: 48 845 km²
População: 5 379 000 habitantes
Índice PIB/habitante (2002):
 47 (EU-15 = 100)



Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006):

A Eslováquia distribui os seus esforços (1 041 milhões de euros) por quatro programas operacionais, consagrados respectivamente à indústria e aos serviços, aos recursos humanos, às infra-estruturas de base, bem como à agricultura e ao desenvolvimento rural.

Dotações para acções estruturais nos novos Estados-Membros: 2004-2006 (milhões de euros a preços correntes)

País	Objectivo n.º 1	Objectivo n.º 2	Objectivo n.º 3	Interreg	EQUAL	Fundo de Coesão (*)	Total
Rep. Checa	1 454,27	71,30	58,79	68,68	32,10	936,05	2 621,19
Estónia	371,36	0,00	0,00	10,60	4,07	309,03	695,06
Chipre (**)	0,00	28,02	21,95	4,30	1,81	53,94	113,44
Letónia	625,57	0,00	0,00	15,26	8,03	515,43	1 164,29
Lituânia	895,17	0,00	0,00	22,49	11,87	608,17	1 537,70
Hungria	1 995,72	0,00	0,00	68,68	30,29	1 112,67	3 207,36
Malta	63,19	0,00	0,00	2,37	1,24	21,94	88,74
Polónia	8 275,81	0,00	0,00	221,36	133,93	4 178,60	12 809,70
Eslovénia	237,51	0,00	0,00	23,65	6,44	188,71	456,31
Eslováquia	1 041,04	37,17	44,94	41,47	22,27	570,50	1 757,39
Total	14 959,64	136,49	125,68	478,86	252,05	8 495,04	24 451,18

(*) Média.

(**) Incluindo o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP).

via fundos suplementares para satisfazer as exigências de Schengen e a possibilidade de os novos Estados-Membros complementarem os pagamentos directos aos agricultores, bem como um mecanismo de antecipação de fluxos financeiros para a Polónia, no valor de 1 000 milhões de euros.

O quadro financeiro final do alargamento situa-se substancialmente dentro dos limites de compromissos e pagamentos estabelecidos pela UE no Acordo de Berlim de 1999. No que se refere às acções estruturais, há vários pontos a salientar. Primeiro, a Polónia é de longe o maior beneficiário individual de verbas para acções estruturais, representando cerca de 52% das dotações autorizadas. Segundo, a percentagem atribuída ao Fundo de Coesão é muito mais importante do que para os actuais membros: representa mais de um terço das dotações orçamentadas, comparado com os 18% para os actuais quatro beneficiários. Um terceiro ponto é a percentagem muito elevada de financiamentos para o objectivo n.º 1 no quadro das dotações dos fundos estruturais, que representa mais de 93% do total, comparado com apenas 70% nas dotações actuais para a União Europeia a 15. Trata-se de uma consequência óbvia do facto de cerca de 92% da população dos dez países aderentes preencherem os critérios do objectivo n.º 1. Por último, as dotações *per capita* para os novos Estados-Membros são substancialmente menores do que para os membros mais pobres da UE a 15. Depois da aplicação do tecto de 4% do PIB, prevê-se que a ajuda *per capita* para despesas estruturais nos novos Estados-Membros seja de 137 euros *per capita* em 2006, comparado com 231 euros *per capita* para os quatro países actuais da coesão.

Para o período 2004-2006, a União Europeia atribuiu 40,7 mil milhões de euros para o alargamento, sendo 21,8 mil milhões para a política de coesão (14,7 mil milhões de euros dos fundos estruturais e 7,1 mil milhões de euros do Fundo de Coesão, a preços de 1999). Todos os novos Estados-Membros são elegíveis para os fundos comunitários, passando a cobertura territorial da ajuda dos actuais 40% da população para 49,5% na União alargada. Quase todos os apoios dos fundos estruturais serão atribuídos através de programas do objectivo n.º 1, com excepção de alguns pequenos programas dos objectivos n.ºs 2 e 3 para Chipre e para Praga e Bratislava e de financiamentos do Interreg e do EQUAL. Prevê-se que cerca de 61% dos fundos estruturais sejam afectados ao FEDER, 25% ao FSE, 12% ao FEOGA e 2,4% ao Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP).

REPÚBLICA CHECA

Superfície: 78 866 km²

População: 10 203 000 habitantes

Índice PIB/habitante (2002):

62 (EU-15 = 100)



Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006):

Na República Checa, o quadro comunitário de apoio para o objectivo n.º 1, que abrange todo o país, com excepção da região de Praga, eleva-se a 1,45 mil milhões de euros. Será distribuído por cinco programas operacionais: indústria e empresas, infra-estruturas, desenvolvimento dos recursos humanos, desenvolvimento rural e agricultura multifuncional. Por outro lado, o DOCUP do objectivo n.º 2 para a região de Praga (71 milhões de euros) destina-se, nomeadamente, a melhorar o ambiente urbano.

Os novos Estados-Membros têm de fazer face a importantes desafios de carácter institucional, na aplicação da política de Coesão da União Europeia. Apesar da valiosa experiência obtida no período de pré-adesão, os relatórios da Comissão Europeia revelam que a capacidade de programação, em termos de gestão e de aplicação dos instrumentos estruturais, é condicionada por alguns problemas, como orientações estratégicas inadequadas, reduzida coordenação interministerial, atrasos na implantação de sistemas de avaliação e, talvez o mais importante, uma deficiente «carteira» de projectos, que pode pôr em perigo a utilização atempada dos financiamentos. A capacidade de utilização das verbas disponíveis é também limitada pela falta de pessoal qualificado, pela fraca comunicação entre os diferentes níveis de administração e por algumas deficiências nos programas preparatórios financiados pelo Phare. O potencial da participação regional na programação varia consideravelmente, enquanto que o estado de preparação das autoridades locais e das ONG pareça ser limitado ou inexistente. Por último, os requisitos de co-financiamento podem causar problemas, face às restrições orçamentais e à falta de recursos financeiros dos potenciais beneficiários. No entanto, o período 2004-2006 constitui uma excelente oportunidade de aprendizagem e a experiência da anterior adesão (Áustria, Finlândia e Suécia) mostra que é possível adquirir rapidamente a prática de uma programação eficaz.

Política de coesão da UE: 2007+

O futuro da política de coesão da União Europeia após 2006 é muito menos evidente. No período alargado que antecedeu o terceiro relatório de coesão, realizaram-se intensos debates entre as instituições europeias, os Estados-Membros e grupos de interesse regionais e sectoriais e é evidente a existência de grandes divergências de opinião sobre os recursos orçamentais a atribuir à política de coesão da União



Inserção profissional na República Checa



Controlo veterinário na Letónia

Europeia, bem como sobre os melhores modelos para a atribuição e a gestão dos recursos. Há, no entanto, consenso quanto ao facto de os recursos deverem concentrar-se nas zonas menos desenvolvidas da UE.

Uma questão importante para alguns países da Coesão e para outras regiões é a perda de elegibilidade provocada pelo chamado «efeito estatístico» (o facto de ultrapassar o limite de elegibilidade para o objectivo n.º 1, apenas por razões estatísticas), que afectará cerca de 18,5 milhões de pessoas na União Europeia alargada. Essas regiões preconizam um tratamento semelhante ao que virá a ser concedido às zonas do objectivo n.º 1. Alguns Estados-Membros pretendem igualmente que estas regiões, que deixam de estar abrangidas, venham a receber um apoio transitório, que poderá ir até cinco anos.

As zonas mais pobres da UE recebem também apoio do Fundo de Coesão, em relação ao qual existe um consenso generalizado. Se fosse aplicado um limiar de 90% do rendimento nacional bruto (RNB) na UE-25, todos os novos Estados-Membros, com excepção de Chipre, seriam elegíveis. Dos actuais beneficiários, a Grécia e Portugal parecem poder ser elegíveis, mas a Espanha está no limite da elegibilidade e pode ser abrangida pelo efeito estatístico se não forem adoptadas disposições específicas; a Irlanda será certamente excluída. Muitos dos novos Estados-Membros gostariam que continuasse a ser atribuída uma percentagem mais elevada dos financiamentos da União Europeia através do Fundo de Coesão, como sucedeu no período 2004-2006.

A questão mais controversa, como se salientou acima, é se existirão financiamentos comunitários fora do objectivo n.º 1. De acordo com as propostas da Comissão Europeia, os

LETÓNIA

Superfície: 64 589 km²
População: 2 332 000 habitantes
Índice PIB/habitante (2002):
 35 (EU-15 = 100)



Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006):

A Letónia vai executar um programa (626 milhões de euros) baseado em quatro prioridades: a coesão territorial, as empresas inovadoras, o emprego e formação e o desenvolvimento rural e a pesca.

LITUÂNIA

Superfície: 65 200 km²
População: 3 463 000 habitantes
Índice PIB/habitante (2002):
 39 (EU-15 = 100)



Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006):

O programa da Lituânia (895 milhões de euros) concentra-se no melhoramento das infra-estruturas, no desenvolvimento dos recursos humanos, na competitividade das empresas, no desenvolvimento rural e na agricultura e pesca.



Num laboratório químico da Eslovénia

financiamentos futuros do objectivo n.º 2 centrar-se-ão no crescimento e na competitividade, sendo elegíveis todas as zonas não abrangidas pelo objectivo n.º 1 e ficando os Estados-Membros responsáveis por definir a concentração geográfica e a aplicação dos apoios. Foram igualmente apresentados outros modelos, nomeadamente pelo Reino Unido.

Conclusões

O alargamento apresenta importantes desafios para a coesão económica e social da União Europeia. Para se alcançar a convergência entre os novos Estados-Membros e os actuais será necessário, como é largamente reconhecido, um empenhamento significativo e sustentado da União em relação aos países aderentes por um período de 30 a 40 anos, permitindo também que os Estados-Membros mais pobres da União dos Quinze evoluam no sentido de reduzir as diferenças de desenvolvimento com os países mais ricos. Para otimizar a utilização dos apoios há lições importantes a retirar dos recentes estudos de avaliação sobre o impacto diferencial dos financiamentos da União Europeia e o ambiente político em que os mesmos são aplicados.

A incerteza continua no que diz respeito ao futuro campo de acção da política de coesão fora dos países e regiões menos


desenvolvidos. Uma questão chave é a relação entre os duplos objectivos da competitividade e da coesão da União. Por um lado, existe uma pressão manifesta no sentido da União Europeia deixar de financiar regiões não abrangidas pelo objectivo n.º 1, concentrando-se na promoção da competitividade e do crescimento europeus, na prossecução da Agenda de Lisboa, através do investimento em I&D, inovação, ensino superior, competências e redes. Por outro lado, existe alguma preocupação quanto à eventual redução do apoio da UE para as mudanças estruturais em curso em regiões industriais e rurais.


Esta preocupação é agravada pelo facto de as políticas regionais a nível nacional se estarem a afastar, em muitos países ricos, do seu objectivo tradicional que são as «zonas problemáticas», para apoiarem todas as regiões do país. É notório que as disparidades nos Estados-Membros aumentaram nos últimos anos; é verdade que novas políticas regionais podem aumentar o crescimento e a competitividade nacionais e (em parte) regionais, mas à custa de desigualdades regionais. Muitas regiões também pretendem manter a comprovada mais valia que está associada aos fundos estruturais — parcerias, pensamento estratégico, programação plurianual, intercâmbio de experiências — embora estes aspectos façam cada vez mais parte das políticas nacionais de desenvolvimento regional.


Finalmente, as implicações da reforma da política de coesão não podem ser consideradas de forma isolada. Para muitas zonas rurais, as receitas da PAC são mais importantes do que as dos fundos estruturais e, portanto, a questão mais sensível é o financiamento futuro da política de desenvolvimento rural, no quadro do «segundo pilar». De um modo geral, o controlo dos apoios públicos contribui bastante para a coesão. São válidas as preocupações dos Estados-Membros quanto à necessidade de mais subsidiariedade e flexibilidade na utilização dos apoios regionais, especialmente em regiões que de outro modo perderiam a elegibilidade para os fundos estruturais e para apoios regionais. Ao mesmo tempo, é importante não subverter os progressos alcançados nas duas últimas décadas em termos de redução da concorrência dos subsídios e de nivelamento das regras de jogo na concessão de apoios.

Para mais informações:

http://europa.eu.int/abc/governments/new_eu_members/index_pt.htm

ESLOVÉNIA	
Superfície: 20 273 km ² População: 1 995 000 habitantes Índice PIB/habitante (2002): 69 (EU-15 = 100)	
Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006): A Eslovénia (237,5 milhões de euros) tenciona concentrar-se em três prioridades: fomentar a competitividade do sector produtivo, desenvolver os recursos humanos e o emprego e reestruturar a agricultura, a silvicultura e a pesca.	

BULGÁRIA	
Superfície: 110 910 km ² População: 7 846 000 habitantes Índice PIB/habitante (2002): 26 (EU-15 = 100)	

ROMÉNIA	
Superfície: 237 500 km ² População: 21 773 000 habitantes Índice PIB/habitante (2002): 27 (EU-15 = 100)	

LETÓNIA

Gestão dos resíduos domésticos em Ventspils



Custo total: 6 190 000 euros

Contribuição da UE: 3 033 100 euros

«A região de Ventspils (60 000 habitantes), situada junto ao mar Báltico, não tem locais para tratamento do lixo e os 13 aterros existentes funcionam sem normas de protecção ambiental. Este projecto ISPA consiste na construção de um aterro sanitário e de um depósito de trânsito para os resíduos perigosos, em melhorar as acessibilidades, em adquirir o equipamento necessário (contentores, veículos, máquina de compactação, etc.), em financiar uma campanha de informação dirigida ao público em geral, em criar um dispositivo de vigilância dos níveis freáticos, em fechar e reabilitar os aterros actuais (cerca de 31 ha) e em introduzir a recolha selectiva e a reciclagem do papel, cartão, vidro e metal.»

Anita Bisofa, chefe de projecto, *Ministério do Ambiente da República da Letónia*

E-mail: anita.bisofa@vidm.gov.lv

LITUÂNIA

Renovação da estrada nacional Vilnius-Kaunas-Klaipeda



Custo total: 27 170 000 euros

Contribuição da UE: 20 380 000 euros

«A estrada nacional Vilnius-Kaunas-Klaipeda (293,3 km), um dos eixos rodoviários mais importantes da Lituânia, não satisfazia as normas europeias e o aumento do tráfego estragou rapidamente o piso. Este primeiro projecto rodoviário ISPA consistiu em reforçar o pavimento e as bermas numa extensão de 37 km, refazer completamente o piso numa extensão de 119 km, reparar 27 pontes e viadutos, melhorar a segurança (separadores, sinalização, marcações no chão, etc.). As obras ficaram concluídas em Dezembro de 2002.»

Gintautas Predkelis, *Ministério dos Transportes e das Comunicações da Lituânia*

E-mail: gintas.tid@transp.lt

ROMÉNIA

Tratamento de águas residuais em Craiova



Custo total: 70 378 000 euros

Contribuição da UE: 52 783 500 euros

«Craiova (320 000 habitantes), uma das maiores cidades da Roménia, não tem uma estação de tratamento de águas residuais. A rede de esgotos também é incompleta. As águas residuais são lançadas quer no canal que atravessa Craiova quer num lago situado numa zona de lazer, desembocando depois, sem qualquer tratamento, no rio Jiu, um afluente do Danúbio. O projecto comporta três vertentes: reabilitação e modernização da estação de tratamento de águas; extensão da rede de esgotos; assistência técnica e reforço da capacidade administrativa.»

Daniela Beuran, *Unidade ISPA de Infra-estruturas Ambientais, Ministério das Finanças da Roménia*

E-mail: bdana@cfcu.ansit.ro

ESLOVÉNIA

Modernização da via férrea Liublijana-Zidani Most-Maribor



Custo total: 25 803 500 euros

Contribuição da UE: 10 063 365 euros

«O projecto consiste na renovação — até ao fim de Dezembro de 2006 — de 22,1 km de vias em cinco estações e de dois troços da linha (Hoce-MB Tezno e MB Tezno-Maribor). Pretende-se criar infra-estruturas adaptadas ao tráfego de grande velocidade e facilitar a intermodalidade. O projecto permitirá suprimir os actuais limites de velocidade, que provocam estrangulamentos, e atingir os 160 km/h nos troços modernizados com 22,5 toneladas por eixo. Esta modernização, já efectuada na linha existente, não tem qualquer impacto ambiental negativo.»

Breda Kriznar, *Ministério dos Transportes da Eslovénia*

E-mail: breda.kriznar@gov.si

Os fundos europeus ao serviço da Podlândia (Polónia)

Um ensaio geral

ISPA, Phare, Sapard... o norte da Podlândia beneficia há vários anos de programas comunitários para melhorar as infra-estruturas, o ambiente, a competitividade das empresas e a qualidade de vida dos habitantes desta região, situada no extremo oriental da nova União. E, ao mesmo tempo, preparam os intervenientes e os responsáveis políticos para as regras de jogo comunitárias.



Uma terra de lagos e de rios

«Então não acha que eles estão preparados para entrar na União Europeia?», pergunta com algum humor e provocação Andrzej Chrobak, conselheiro-chefe para a cooperação transnacional da Agência para a Reestruturação e Modernização da Agricultura (ARIMR), gestor do programa Sapard⁽²⁾ na Polónia. Acompanha o seu interlocutor francês numa visita a várias explorações agrícolas beneficiárias do programa, entre as quais a de Jadwiga e Zdzislaw Sidorek, criadores de gado leiteiro em Jeleniewo, que conseguiram, graças a uma ajuda do Sapard de 12 400 euros, equipar um novo estábulo de acordo com as normas europeias, onde andam em liberdade 35 vacas. «Introduzimos um segundo pedido», indica Zdzislaw: «10 000 euros, desta vez destinados à compra de estábulos de um novo tipo para o bem-estar dos animais». A atitude dos Sidorek é típica destes agricultores polacos, ainda jovens e decididos a manter e a desenvolver a sua exploração depois da entrada do país na União. «São autênticos empresários, voluntariosos, sem com-

plexos e receptivos à inovação», acrescenta Grzegorz Chelminski, da antena regional da ARIMR.

Estamos no norte da *voivodie* (região) da Podlândia, mais precisamente nas *poviats* (circunscrições) de Augustow, Suwalki, Grajewo e Sejny, na extremidade noroeste da Polónia, nas três fronteiras Polónia/Bielorrússia/Lituânia. O enclave russo de Kaliningrado também fica muito próximo. Nesta zona, a criação de gado leiteiro constitui a principal actividade agrícola. O Sapard financia maioritariamente investimentos destinados a melhorar a produção e a gestão ambiental das explorações leiteiras: material de ensilagem, máquinas de ordenha, estações de tratamento dos resíduos animais, distribuidores de estrume, etc. Os Sidorek têm um único receio: «serem os únicos produtores de leite da região a respeitar as normas europeias, com o risco de a central leiteira abandonar aqui a sua recolha, por falta de rentabilidade. Por aqui reina uma atitude de expectativa: muitos agricultores só depois da adesão é que decidem se continuarão ou não a sua actividade.»

⁽²⁾ O programa Sapard (Programa Especial de Adesão para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural) foi lançado em 2000 para facilitar a adaptação das estruturas agrícolas e das zonas rurais dos países candidatos da Europa Central e Oriental.

E já que estamos a falar de centrais leiteiras, a de Grajewo (450 postos de trabalho) é um dos seis locais de produção da cooperativa «Mlekpól», que tem 13 000 membros e 15 000 agricultores fornecedores. Desenvolve actividades na Masúria e no norte da Podlândia, mas comercializa os seus produtos em todo o país sendo o primeiro produtor polaco de leite UHT, tendo investido 4 milhões de euros na instalação de uma unidade de produção de manteiga. O Sapard suportou 40% dos custos deste equipamento ultra-sofisticado: «o melhor que há na Europa», segundo o director de produção, Groszyk Zbigniew.

A pé, a cavalo ou de caiaque

Com um PIB *per capita* que em 2001 era apenas 31% da média da União dos Quinze (contra 41% para toda a Polónia e 64% para a região de Varsóvia), a Podlândia é uma região pobre, mas com enormes potencialidades. A parte norte tem grandes possibilidades no que se refere ao turismo: atravessada pela «Via Báltica» (E67), a estrada mais curta que liga a Finlândia à Europa Central, passando pelos países bálticos, este território tem inúmeros lagos e metade está completamente arborizada, possuindo uma das últimas florestas primitivas da Europa. É um paraíso para actividades ao ar livre e para passeios a pé, de bicicleta, a cavalo, de barco e sobretudo de canoa-caiaque. De facto, a imensa rede de lagos e o canal de Augustow, construído segundo o modelo francês do canal do Sul, permitem percursos de vários dias de canoa, caiaque e outras embarcações. Este aspecto já está a ser rentabilizado: em Augustow (30 000 habitantes), três empresas de construção de barcos e de iates asseguram 1 000 postos de trabalho.

Com o Phare ⁽⁶⁾, o município de Augustow lançou-se num programa ambicioso (7 milhões de euros, sendo 4,2 milhões de fundos comunitários) de revitalização urbana e de desenvolvimento turístico articulado em torno do canal. As autoridades municipais consideram o turismo como um eixo de desenvolvimento essencial para esta cidade, estação termal desde 1993, que tem 4 000 camas e recebe 100 000 turistas por ano. «Queremos alargar a época alta, ainda demasiado concentrada em Julho-Agosto, e atrair mais turistas estran-

geiros para criar o máximo de empregos», explica Leslek Cieslik, o presidente da Câmara. Apesar da construção naval, da montagem de máquinas agrícolas, do termalismo e de uma fábrica de cigarros, a taxa do desemprego em Augustow nunca foi inferior a 16%, mesmo no Verão.

Canal

Considerado pela delegação da Comissão Europeia em Varsóvia como «um dos projectos europeus mais complexos da Polónia», o projecto Phare «Beneficiação e comercialização do canal de Augustow» consistiu em reabilitar e adaptar em via lenta 2 800 m de margens. Permitiu também recuperar — desde as canalizações até à iluminação, passando pelo pavimento e pelo mobiliário urbano — cinco ruas principais da cidade, que conduzem ao canal (incluindo um troço da Via Báltica) em construir na praça central um posto de informação (de arquitectura futurista, em forma de barco) com um quiosque turístico, cafetaria, sala de conferências, etc. Vários espaços do centro da cidade estão igualmente reservados para virem a acolher empresas. Realizado entre a Primavera e o Inverno de 2003, trata-se de um projecto integrado e estruturante que conjuga desenvolvimento económico e qualidade de vida dos habitantes.

«Só faltam agora os instrumentos — sítio *web*, brochuras, pavilhão, etc. — que permitirão promover o canal no estrangeiro», acrescenta Jerzy Demianczuk, adjunto do presidente da Câmara, que especifica que estas iniciativas em Augustow são apenas o começo. «Esperamos que o projecto se multiplique ao longo do canal, que tem 14 eclusas na Polónia, uma que faz fronteira com a Bielorrússia e quatro naquele país. As autoridades da Bielorrússia acabam, aliás, de decidir restaurá-las até 2005 e de instalar na eclusa da fronteira um posto de controlo que facilite as formalidades necessárias à passagem dos canoístas.»

Suwalki (68 000 habitantes), situada a 31 km a norte de Augustow, é mais industrializada; existem aí 150 pequenas e médias empresas (PME) que operam na primeira e segunda transformações da madeira. A estas juntam-se actividades de fabrico de queijo, de produção de aves domésticas e de



Beneficiários Sapard: da quinta à leitaria



⁽⁶⁾ Criado em 1989, inicialmente para a Polónia e a Hungria, o Phare (Polónia, Hungria, Ajuda à Reestruturação Económica) intervém em todos os países candidatos da Europa Central e Oriental. As actividades do Phare concentram-se em duas prioridades: ajudar as administrações dos países candidatos a adquirirem as capacidades necessárias para aplicar o acervo comunitário e apoiar os investimentos nos domínios onde são mais necessários: infra-estruturas de base, empresas e medidas sociais.

metalurgia ligeira. Uma zona franca, criada em 1996, acolhe cerca de 20 sociedades pertencentes a diversos sectores. Mesmo assim, a cidade tem uma taxa de desemprego superior a 22%, o que provoca problemas sociais e delinquência.

Entre 1995 e 1999, o município de Suwalki realizou nove projectos Phare, num total de 1,7 milhões de euros, sendo 0,6 milhões de origem comunitária. Estes projectos consistiram sobretudo na reparação de estradas e de pequenas infra-estruturas urbanas. Um programa Phare intitulado «Coesão económica e social 2002» co-financia (1,94 milhões de euros para um investimento total de 2,88 milhões) a construção em Suwalki de infra-estruturas técnicas e de estradas de acesso em 25 ha de parques de empresas.

Além disso, Suwalki foi um dos primeiros municípios a beneficiar das ajudas do ISPA (7) na Polónia. Lançado em 2001, o projecto «Melhoramento da qualidade da água em Suwalki» (investimento total: 12,468 milhões de euros, sendo 50% suportados pela União) visa adaptar às normas europeias o conjunto da rede de esgotos e da rede de abastecimento de água à cidade e às vilas do município: construção de 25 km de condutas de água, de 55 km de canalizações, de 44 estações de bombagem e de duas estações de tratamento de águas residuais; instalação de uma estação de purificação de água com uma capacidade de 600 m³ por hora; instalação na estação de tratamento de águas de Suwalki de co-geradores que utilizam energia renovável, nomeadamente biogás; aquisição de aparelhos de comando à distância para nove estações de bombagem; elaboração de um plano director para a gestão da água.

Ecologia, economia e pedagogia

Para além da melhoria da qualidade de vida para a população local, o projecto ISPA contribui igualmente para proteger os lagos únicos do parque nacional de Wigry (150 km²), que banham várias localidades do município de Suwalki. «Esta outra consequência positiva do projecto é muito importante do ponto de vista ecológico e económico», explica Jozef Gajewski, presidente da Câmara de Suwalki. «O turismo também é para nós um eixo de desenvolvimento essencial e o parque, com os seus lagos e castores, é a nossa principal atracção». E o presidente enumera a longa lista de projectos que gostaria de concretizar: revitalização do centro da cidade, renovação de 146 edifícios antigos, valorização de um pequeno aeródromo, adaptação de pistas para ciclistas, de pistas equestres, de pistas de esqui de fundo, etc. «Ideias não faltam! Nem verdadeiramente os recursos... O que faz falta é o mais fundamental: são boas vias de comunicação com o exterior para desencravar a região.»

«Gostaríamos também de criar um parque científico e um centro de inovação transfronteiriço com a Lituânia», acrescenta Przybysz Darlusz, responsável dos projectos ambientais ISPA para o município de Suwalki. «Juntamente com o ISPA, lançamos um conjunto de projectos mais pequenos, que podem ser muito úteis para a cooperação transfronteiriça. É o




■ Suwalki: estação de depuração financiada pelo ISPA

caso, por exemplo, dos separadores de águas residuais instalados no Czarna Hancza, que também corre na Lituânia».

Witlusz Rychlik, presidente da Sociedade das Águas de Suwalki, vê outra vantagem no projecto ISPA que está a realizar: «do ponto de vista metodológico podemos dizer que o ISPA nos ensinou muito. Graças a estes projectos, familiarizamo-nos com o espírito, os procedimentos e as boas práticas comunitárias. Finalmente estamos preparados para nos juntarmos a vós».

Contacto:

Delegação da Comissão Europeia na Polónia,
Warsaw Financial Center, 29.º andar,
Emilii Plater, 53, PL-00-113 Varsóvia
Tel: (0048-22) 520 82 00 — Fax: (0048-22) 520 82 82
E-mail: delegation-poland@cec.eu.int

POLÓNIA	
Superfície: 312 685 km ²	
População: 38 219 000 habitantes	
Índice PIB/habitante (2002): 41 (EU-15 = 100)	
Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006) A Polónia negociou um quadro comunitário de apoio (8 276 milhões de euros) repartido por quatro domínios prioritários: as empresas, o capital humano, as infra-estruturas e o desenvolvimento regional e rural.	

(7) O ISPA («Instrumento estrutural de pré-adesão») apoia investimentos em grande escala em infra-estruturas dos transportes e do ambiente na Bulgária, Eslováquia Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e Roménia. Durante o período 2000-2004, a Comissão Europeia aprovou 324 projectos, a que corresponde uma contribuição total do ISPA de 7 mil milhões de euros.

Chipre

«Uma cura de rejuvenescimento da Velha Nicósia»

Athina Papadopoulou, arquitecto-conservador (plano director de Nicósia)



O bairro de Omeriye, situado no interior das muralhas de Nicósia, prestava-se perfeitamente para a realização de um projecto de reabilitação urbana. Tendo sido durante muito tempo um dos bairros mais ricos da cidade,

Omeriye concentra um número impressionante de monumentos e de edifícios característicos da arquitectura urbana cipriota tradicional. Infelizmente, com a brusca divisão de Nicósia em 1974, Omeriye tornou-se uma zona abandonada e degradada.

Foi então elaborado um projecto de reabilitação, destinado a restaurar e reafectar os edifícios históricos, reconstruindo assim o tecido urbano. Pretendia-se, ao mesmo tempo, conceber um projecto que tivesse valor de demonstração, impulsionando este tipo de intervenções.

Recorreu-se naturalmente ao programa «*Parceria para o futuro*», lançado pela União Europeia em Outubro de 2001, em colaboração com a Organização das Nações Unidas e a sua agência técnica UNOPS (*United Nations Office for Project Services*). Este programa inclui uma vertente importante consagrada à reabilitação da Velha Nicósia, respeitando o espírito do «Plano director de Nicósia», plano de urbanismo elaborado conjuntamente pelo município de Nicósia, pelo Ministério do Urbanismo e da

Habitação e pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e executado pelas duas comunidades — grega e turca — da cidade.

Para a restauração de Omeriye foi realizada uma intervenção em três fases:

- > uma primeira fase (Novembro de 2002-Maio de 2003) consistiu em reparar e melhorar a rede de esgotos, as ruas e os passeios;
- > uma segunda intervenção (Fevereiro de 2003-Outubro de 2003) permitiu a restauração dos antigos Banhos de Omeriye (construção otomana do século XVI) e da zona circundante;
- > na terceira etapa (Fevereiro de 2003-Julho de 2003) procedeu-se à restauração dos jardins e da fachada norte da mesquita de Omeriye, antigo mosteiro dos Agostinhos construído no século XIV.

Graças a este investimento, que se elevou a 1,24 milhões de euros, dos quais 1,16 milhões suportados pela União Europeia, o bairro de Omeriye fez um tratamento de beleza e rejuvenesceu. Recordemos que um terço dos fundos europeus de pré-adesão para Chipre dizem respeito a projectos designados «bi-comunitários» (cerca de 4 dos 12 milhões concedidos anualmente desde 2000).

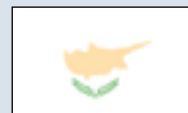
Contacto:

Athina Papadopoulou
Nicosia Master Plan
Tel: (00357) 22 79 75 42
Fax: (00357) 22 30 41 44
E-mail: masterplan3@nicosia.org.cy
Internet: <http://www.nicosia.org.cy>
<http://www.undp-unops-pff.org>



CHIPRE

Superfície: 9 250 km²
População: 715 000 habitantes
Índice PIB/habitante (2002):
76 (EU-15 = 100)



Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006):

Em Chipre, o DOCUP do objectivo n.º 2 (28 milhões de euros) visa o desenvolvimento rural sustentável e o desenvolvimento das zonas urbanas em dificuldade. O DOCUP do objectivo n.º 3 (22 milhões de euros) pretende dinamizar o mercado do trabalho e facilitar a educação e formação contínuas. Chipre beneficia, por outro lado, de um programa de apoio à pesca de 3,4 milhões de euros.

Estónia

«Um projecto no cume»

Eero Pärasmäe, chefe da Unidade de Financiamento Externo,
Ministério dos Assuntos Económicos e das Comunicações da Estónia



Quando me pediram para falar de um projecto da Estónia co-financiado pela União Europeia, examinei a lista de todos os projectos Phare realizados no país. Teria podido escolher um projecto muito inovador ou

que tivesse criado muitos postos de trabalho. Em vez disso, escolhi um projecto turístico relativamente modesto. O Centro Recreativo e Desportivo de Haanja, perto da fronteira sul da Estónia é, para mim, um excelente exemplo de desenvolvimento regional, tanto pelo seu objectivo como pela forma como foi executado.

A origem do projecto remonta a 1999, quando o Ministério da Economia procedeu a um levantamento de ideias de projectos no quadro do programa Phare ESC⁽⁸⁾ 2000. A circunscrição de Võru e o município de Haanja associaram-se para propor a construção de um centro de lazer junto da mais alta colina da Estónia e mesmo dos países bálticos, Suur Munamägi (Mãe Colina), cujo cume se encontra a... 318 metros.

Devido ao seu relevo, a região de Haanja já era frequentada pelos adeptos de esqui de fundo no Inverno e de bicicleta todo-o-terreno (BTT) no Verão, mas não existiam infra-estruturas para os visitantes. Era preciso pois criar, por um lado, um centro polivalente (com vestiários, cafetaria, serviço de aluguer de esquis, etc.) e, por outro, adaptar as pistas às normas da Federação Internacional de Esqui, para se poderem organizar competições de alto nível. Para isso, era preciso remodelar e alargar as pistas existentes, comprar um veículo limpa-neve especial e outro material de manutenção. Também era muito importante iluminar as pistas, sabendo-se que temos apenas 6 ou 7 horas de luz solar no Inverno. Por último, e sobretudo, o centro tinha



necessidade de um plano de *marketing* para a sua promoção na Estónia e nos países vizinhos.

O mais difícil foi a fase de execução. A avaliação do impacto ambiental e a concepção das infra-estruturas exigiu muito esforço e muito tempo. Depois, quando o caderno de encargos técnicos e arquitectónicos ficou concluído, verificou-se que os recursos previstos para o projecto não eram suficientes. Mas é verdade que, a quem quer, não faltam meios: o município não hesitou em fornecer fundos suplementares, o mesmo acontecendo com o Estado. A este propósito, toda a execução mostrou como era importante, mesmo essencial, contar com uma boa cooperação entre as autoridades locais e centrais.

Resultado: construiu-se um belo centro polivalente, bem integrado no ambiente, que serve no Inverno para os esquiadores e no Verão para os adeptos de BTT e de caminhadas a pé, bem como para todos os visitantes que vêm aproveitar a vista proporcionada pelo ponto mais alto da Estónia. A estrutura pode acolher até 60 pessoas para seminários. Os esquiadores podem escolher pistas de 1, 3, 5 ou 10 km. Um troço de 3,2 km, muito bem iluminado, permite esquiar até às 9 horas da noite. O projecto mobilizou 636 000 euros: a União Europeia disponibilizou 395 000, o Governo da Estónia 117 000 e o município de Haanja 124 000.

Na inauguração do Centro Recreativo e Desportivo de Haanja, em Dezembro de 2003, Mati Alaver, o treinador da equipa de esqui de fundo da Estónia, que já conduziu vários esquiadores estónios ao pódio dos Jogos Olímpicos e de campeonatos do mundo, conseguiu encontrar palavras para resumir o êxito do projecto: «ao instalar um centro recreativo e desportivo nesta região, as autoridades cumpriram a sua missão para com todos os que amam o desporto». Penso que o seu discurso foi um sinal forte para a equipa do projecto, que durante três anos não se poupou a esforços e mostrou inteligência para realizar esta iniciativa.

Dirigir pela primeira vez um projecto de coesão económica e social com fundos europeus foi um exercício difícil para o pequeno município de Haanja. Mas este sucesso levou à aprovação de um novo projecto Phare ESC, cuja execução deverá começar em 2004. Trata-se da renovação total da torre construída em 1939 no cume da Estónia e renovada pela última vez em 1969.

ESTÓNIA

Superfície: 45 226 km²

População: 1 356 000 habitantes

Índice PIB/habitante (2002):
40 (EU-15 = 100)



Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006):

Os instrumentos estruturais prosseguem quatro prioridades na Estónia (371 milhões de euros): o desenvolvimento dos recursos humanos, a competitividade das empresas, o apoio à agricultura, à pesca e ao desenvolvimento rural, bem como o melhoramento das infra-estruturas e o desenvolvimento local.

⁽⁸⁾ ESC: Economic and Social Cohesion (Coesão Económica e Social).

Malta**«É o ambiente que ganha, no documento único de programação de Malta para 2004-2006»****Marlene Bonnici**, chefe do Serviço de Gestão dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão de Malta

Malta é um dos países mais densamente povoados do mundo e tem de longe a maior densidade populacional da União Europeia, com 1 200 habitantes por quilómetro quadrado. Por outro lado,

o arquipélago é constituído por três ilhas, que têm um ambiente muito frágil. Malta também tem uma indústria de turismo florescente, sendo visitada por mais de um milhão de turistas todos os anos. O território em que vivemos, fortemente urbanizado, e o desenvolvimento económico do país nos anos 90, nomeadamente, conduziram a grandes pressões sobre o ambiente da ilha.

As despesas do Estado com o ambiente aumentaram substancialmente nos dois últimos anos. Além disso, a obrigação de respeitar o acervo comunitário reforçou a parceria com organizações não governamentais relevantes e também teve impacto na elaboração de nova legislação e na sua aplicação, embora exista ainda muito trabalho por fazer, especialmente em matéria de infra-estruturas ambientais.

No período que decorreu até à adesão, Malta viu-se confrontada com a transposição do enorme volume de legislação da União Europeia, sem apoio em termos de infra-estruturas. Malta não era elegível para o apoio do ISPA, mas no programa de pré-adesão de 2003, foi-lhe oferecida a possibilidade de co-financiamento de um pequeno projecto em matéria de infra-estruturas. O governo escolheu o ambiente e está agora em pleno processo de execução de um projecto sobre o tratamento de águas para a ilha de Gozo. Ao contrário do que sucede com os apoios do ISPA, Malta co-financiou este projecto com 50% de fundos nacionais. É este o compromisso de Malta com o ambiente.

Na elaboração do documento de programação para os fundos estruturais, o Governo de Malta tomou deliberadamente a decisão de fazer do sector do ambiente o principal beneficiário dos fundos que o país vai receber no período pós-adesão. É evidente que à custa de outros sectores e de outras prioridades também essenciais para o desenvolvimento de Malta. O Governo fez este enorme esforço para garantir a preservação das ilhas e dos seus ecossistemas. Tratou-se igualmente de uma decisão de grande alcance, porque permite investir no futuro do país e das futuras gerações. A decisão foi aceite por todos os parceiros, embora de forma mais reticente por parte de algumas organizações que gostariam de ver avançar outras prioridades.

No quadro do documento único de programação, Malta prevê implementar projectos nos domínios da gestão de resíduos, da água potável, do tratamento de águas, da qualidade do ar e da protecção da natureza, entre outros. Está também prevista uma campanha de educação para apoiar estes projectos e situá-los num contexto concreto. Estes projectos serão também complementados por outros projectos ambientais (principalmente em matéria de resíduos sólidos) no âmbito do Fundo de Coesão, onde de novo Malta tomou a decisão de atribuir mais de 60% do seu financiamento (muito acima dos 50% obrigatórios) ao ambiente, em detrimento das infra-estruturas de transportes, que também estão carenciadas e onde teria um impacto muito mais visível a curto prazo.

Esperamos, assim, produzir um impacto a longo prazo na qualidade de vida de todos os cidadãos, mesmo os que ainda estão para chegar, e também na qualidade de vida desfrutada pelas centenas de milhares de turistas que nos visitam todos os anos.

MALTA**Superfície:** 316 km²**População:** 397 000 habitantes**Índice PIB/habitante (2002):**

69 (EU-15 = 100)

**Estratégia dos fundos estruturais (2004-2006):**

Malta (63,2 milhões de euros) vai proceder a investimentos estratégicos e reforçar a competitividade das empresas do sector transformador e do turismo, facilitar a inserção e a formação, realizar acções a favor do ambiente, do desenvolvimento rural e da pesca. Há um apoio específico destinado à ilha de Gozo.



BULGÁRIA

Rota cultural do Danúbio



Custo total (mapas): 290 886 euros
Contribuição da UE: 122 977 euros

«A ideia subjacente a este projecto InterregIIIB, no qual participam todos os países que o rio atravessa, nomeadamente a Bulgária, é colocar a diversidade cultural da bacia do Danúbio ao serviço do desenvolvimento regional. Uma das acções consistiu na realização de um fundo de mapa da região do Danúbio, à escala de 1:500 000. Daí foi extraído um mapa digital das atracções culturais, completando um catálogo do património industrial situado nas margens do Danúbio.»

Eugen Scherer, *director do projecto*
 E-mail: post.k1@noel.gv.at

HUNGRIA

Programa de parceria entre parques industriais (IPPP)



Custo total: 40 534 euros
Contribuição da UE: 21 687 euros

«Financiado no quadro do programa InterregIIC CADSES (*Central, Adriatic, Danubian and South Eastern European Space*), o objectivo do programa de parceria entre parques industriais (IPPP) era criar redes de cooperação entre parques e zonas de actividade das regiões visadas, para facilitar o intercâmbio de informações e de saber-fazer. As acções do IPPP consistiram principalmente na colocação em rede dos parques industriais, em organizar acções de formação, viagens de estudo, seminários e conferências internacionais. O projecto conduziu à criação de redes e de fluxos de informação entre parceiros húngaros, italianos e romenos.»

György Márton, *director adjunto para o desenvolvimento, Agência Regional de Desenvolvimento do Transdanúbio do Sul*
 E-mail: martongy@ddrft.hu

REPÚBLICA CHECA

Rede ciclista transfronteiriça



Custo total (sinalização): 15 993 euros
Contribuição da UE: 6 862 euros

«A Região Europeia (Euregio) Egrensis concebeu na zona das quatro fronteiras da Boémia/Baviera/Saxónia/Turingia, uma rede de itinerários de bicicleta com uma extensão de 500 km, que associa desporto, turismo, cultura e descoberta. Este projecto Phare CBC (*) consistiu em conceber e sinalizar o circuito e em elaborar um guia que descreve todos os troços e curiosidades do itinerário. São especialmente valorizados dois temas que ligam o passado e o presente das regiões parceiras: a actividade mineira e o termalismo. A rede inclui, com efeito, numerosas estâncias termais e, nesse sentido, participa na acção de *marketing* a favor do termalismo iniciada com o Interreg.»

Lubomír Kovár, *director, Euregio Egrensis*
 E-mail: euregensis@iol.cz

(*) CBC: Cross Border Cooperation (cooperação transfronteiras).

ESLOVÁQUIA

Viveiro de empresas de Spišská Nova Ves



Custo total elegível: 543 532 euros
Contribuição da UE: 325 000 euros

«Construído entre Dezembro de 2002 e Outubro de 2003, o viveiro de empresas de Spišská Nova Ves foi inaugurado oficialmente em 19 de Fevereiro de 2004. Pretendeu-se assim melhorar o ambiente económico da região de Spis, através da criação de uma infra-estrutura eficiente, que oferecesse uma vasta gama de serviços às empresas. Este viveiro fornece equipamentos e assistência técnica tanto a empresas em fase de arranque como a empresas já estabelecidas. Mediante condições vantajosas, o Centro Europeu de Empresas e de Inovação de Spišská Nova Ves completa os serviços fornecidos às empresas instaladas no viveiro. Estas podem ocupar naquela infra-estrutura até 1 100 m² de instalações e terrenos.»

Katarina Krotakova, *directora, BIC Spišská Nova Ves*
 E-mail: bicsnv@spisnet.sk

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Política Regional
Unidade 01 — «Informação e Comunicação»
Thierry Daman
41, avenue de Tervuren
B-1040 Bruxelles
Fax: (0032-2) 296 60 03
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Internet: http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm

ISSN 1725-8154

© Comunidades Europeias, 2004
Reprodução autorizada mediante menção da fonte



Serviço das Publicações
Publications.eu.int

Sítio *web* Info regio

O sítio *web* Info regio fornece um quadro completo da política regional europeia. Para conhecer as últimas informações, consulte a secção «Newsroom»:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/newsroom/index_en.htm